



113.^a CIT, Genebra

Discurso MTSSS

Senhor Presidente,
Senhor Diretor-Geral da Organização Internacional do Trabalho,
Senhoras e Senhores Delegados em representação
dos Governos e das Organizações de Empregadores e de Trabalhadores,
Minhas Senhoras e Meus Senhores,

É com grande honra que em nome do Governo português me dirijo a todos vós nesta centésima décima terceira (113.^a) Sessão da Conferência Internacional do Trabalho (CIT).

Num mundo em mudança, a Organização Internacional do Trabalho (OIT) continua a desempenhar um papel determinante na promoção do trabalho com condições dignas e justas, em articulação com o trabalho desenvolvido nas demais instâncias das Nações Unidas, designadamente no contributo da OIT para a Cimeira Mundial do Desenvolvimento Social de 2025.

Neste contexto, gostaria, em primeiro lugar, de salientar a relevância do relatório "Empregos, direitos e crescimento: reforçar a ligação" e felicitar o Senhor Diretor-geral da OIT pela sua apresentação.

Este relatório oferece-nos uma análise aprofundada dos desafios e oportunidades que enfrentamos no mundo do trabalho – a evolução demográfica, o desenvolvimento tecnológico, o comércio internacional, as alterações climáticas.

Trata-se também de um guia essencial face à incerteza do contexto internacional e à premência de promover o crescimento económico e garantir condições de trabalho dignas.

Destacaria a importância das instituições democráticas na promoção da prosperidade partilhada. Como bem refere o Sr. Diretor-geral, as instituições de cariz democrático tendem a reforçar o triângulo virtuoso do crescimento económico, do emprego digno e dos direitos, tanto individuais como sociais.



Em linha com a OIT, é firme intenção de Portugal continuar a promover o crescimento económico, valorizando as empresas e o trabalho, e investindo na concertação social. Trabalhadores e empregadores são parceiros imprescindíveis da ação dos Governos face à mudança e à incerteza.

Quero também reafirmar o compromisso histórico de Portugal com a OIT. Ratificámos todas as 10 Convenções Fundamentais, as 4 Convenções de Governança (Prioritárias) e 72 das 177 Convenções Técnicas.

Pretendemos prosseguir com a ratificação de convenções da OIT. Estes instrumentos são essenciais para cumprir os objetivos da Declaração do Centenário da OIT sobre o Futuro do Trabalho e do Apelo Global à Ação da OIT para uma recuperação pós-COVID-19 inclusiva, sustentável e centrada nas pessoas.

Portugal ambiciona também continuar a ser um parceiro ativo no espaço dos países da CPLP em projetos de luta contra a pobreza, de capacitação institucional e de apoio à formação profissional, em parceria com a OIT. Neste particular, Portugal valoriza o trabalho realizado pelo escritório da OIT em Luanda, desde a sua inauguração, em agosto de 2024.

Para o efeito, tem beneficiado da articulação com o escritório da OIT- Lisboa e gostaria de destacar, neste particular, o financiamento para a tradução em língua portuguesa de publicações da OIT e o projeto “ACTION-Portugal – Reforço dos Sistemas de Proteção Social dos PALOP e Timor-Leste”, a que pretendemos dar continuidade.

Minhas senhoras e Meus senhores

A agenda da CIT deste ano inclui discussões cruciais para o mundo do trabalho e para o nosso futuro comum - Perigos Biológicos, Economia das Plataformas e Informalidade tão importante para proteção social dos trabalhadores.

Os perigos biológicos, frequentemente invisíveis, mas com impactos significativos, exigem uma resposta coordenada, baseada na ciência, na prevenção e na proteção de todos os trabalhadores, com particular atenção aos grupos em situação de maior vulnerabilidade.



E exigem a aplicação plena dos princípios da igualdade e da não discriminação, dois pilares fundamentais da ação da OIT.

Mantemos por isso o compromisso firme com o objetivo de redução das desigualdades de género e de todas as formas de discriminação no mundo do trabalho.

É com orgulho que vemos esta discussão ser, mais uma vez, conduzida pelo representante português, Luís Claudino de Oliveira, cuja liderança tem sido decisiva para o progresso dos trabalhos sobre um tema simultaneamente complexo e essencial.

Portugal considera que a missão da OIT, centrada na justiça social e no trabalho digno, é mais relevante do que nunca face aos desafios do trabalho na era digital.

A digitalização tende a esbater as barreiras geográficas à contratação de trabalhadores.

Há também o risco de erosão das estruturas de representação coletiva e da contratação coletiva tradicional com a proliferação de trabalho à distância e a consequente emergência do isolamento e da individualização das relações laborais.

Em muitos dos nossos países, a legislação laboral continua a ter por referencial os modelos tradicionais de trabalho. Por isso, tem dificuldade em enfrentar os desafios do trabalho na era digital. Não protege os trabalhadores e não tira pleno partido das oportunidades oferecidas pela digitalização das nossas economias.

Exigem-se, assim, respostas e ação coordenada entre todos: governos, trabalhadores e empregadores.

Noutro plano, gostaria de destacar que Portugal continuará a apoiar a Ucrânia vítima de uma invasão injusta e injustificável, e a acompanhar a insustentável situação humanitária em Gaza. Temos apelado reiteradamente à necessidade de respeito do Direito internacional e do Direito internacional humanitário, assim como das decisões do Tribunal Internacional de Justiça e do Tribunal Penal Internacional.



Concluindo, reitero que Portugal considera essencial a missão da OIT. A promoção do emprego e o papel das empresas, a garantia dos direitos no trabalho, a extensão da proteção social, bem como a promoção do diálogo social, são objetivos partilhados entre Portugal e a OIT, e por muitos países aqui reunidos.

Muito obrigado!

